

## ***MEDALHA DO MÉRITO JUDICIÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO***

---

**NILSON VITAL NAVES\***

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça*

Voltei no tempo. Ao longínquo ano 1822, àquele memorável 13 de agosto, quando se instalava, em algumas salas adaptadas às pressas, com móveis improvisados, esta Corte de Justiça. Andei nos passos da História, e fatos vários despertaram minhas memórias, relembrei as lutas deste Estado pelos ideais republicanos, a valentia do seu povo na defesa de um território – dizem que a pátria começa no lugar onde se nasce, e é verdade –, pensei na tradição jurídica e cultural de Pernambuco, na criação, em 1827, do Curso Jurídico de Olinda... Senti, como se pernambucano fosse, orgulho desse passado, também um respeito profundo por aqueles que, aqui, sonharam com a República e acreditaram, com aquela esperança que não morre nunca, no erguimento do Poder Judiciário.

É-me, pois, sobremaneira honroso estar presente às comemorações dos 186 anos do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Quase dois séculos de profícua atividade... Gerações que vão, geração que vem, e a instituição aqui permanece. Sabem qual a impressão que me fica? É a de uma bem-sucedida história, história da qual não consigo dissociar palavras como vocação, conhecimento e trabalho.

Quero, portanto, nesta oportunidade, cumprimentar a Presidência deste Tribunal por estar dando continuidade à visão das gerações anteriores, perpetuando o ideal de aperfeiçoamento do Judiciário – imperativo, no meu entender, de todas as épocas.

Permitam-me, ainda, manifestar meus agradecimentos. Pois não é que fui presenteado pelo aniversariante! Na verdade, a “Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Joaquim Nunes Machado”, que hoje

recebo, representa o reconhecimento daquilo que, durante toda a minha carreira de magistrado, tenho defendido, isto é, o erguimento de um Judiciário que cumpra a contento os seus misteres, essencialmente de proteção às pessoas e à sociedade, assegurando àquelas os bens da vida e afastando desta os males. Por certo não haverá – tal é a convicção de todos nós – democracia que valha a pena sem a existência de um Judiciário forte e independente, rápido e eficaz, atuante e prestante, mercê das suas próprias qualidades e sem benefício de quem quer que seja.

Sei, de ciência certa, que, no encalço da Justiça dos nossos anseios, haveríamos de padecer – afinal, temos ou não temos todos, nessa Justiça, o sonho humano, a busca incessante na qual, às vezes, distância alguma há entre o ideal e a dor? Falta-nos, muitas vezes, a força necessária para dar cobro aos processos. O grande problema de hoje são os processos – o seu número, enorme... Chegam-nos, usando uma expressão machadiana, às braçadas, por atacado. Se isso revela o prestígio do Judiciário – e creio que sim, isto é, as pessoas buscando solução para seus conflitos -, deixa-nos sobremaneira preocupados, porque nos faltam mãos e corações...

Isso, dúvidas não há, compromete a rapidez, também a leveza e a exatidão. Quem lida com as coisas da Justiça preocupa-se com a exatidão (a segurança das palavras) das decisões, também com a rapidez, principalmente quando o que se encontra em jogo é a liberdade. Qual a solução? – indagação de muitos e objeto de discussões deveras acaloradas.

A estiva e desestiva de prateleiras é, a meu ver, questão de grande fôlego. Inquieta-me – aliás, sempre me inquietou – a falada demora, porquanto compromete o próprio destino da Justiça. Foi pensando nisso que já escrevi a respeito do tão poético quanto perturbador castigo mitológico imposto por Zeus a Sísifo (semelhante ao

que nos tem sido imposto, sem dúvida). Parece até que fomos instituídos para também viver tamanha tragédia! Lá, Sísifo, tendo de rolar eternamente um enorme rochedo na subida de uma vertente (mal o rochedo atingia o cimo, voltava a cair mercê do seu próprio peso, e o trabalho recomeçava); aqui, nós, com montanhas e mais montanhas de processos sobre um mesmo tema...

Ora, se há defeitos, imperfeições, se há carências – e defeitos e imperfeições e carências, de fato, existem! -, há também virtudes, há, estampada no rosto dos juízes brasileiros vontade teimosa e esperança sem limites, querendo todos e todos esperando que, sem tardança, ocorram mudanças na estrutura da administração da Justiça, corrigindo-se-lhe os males, suprimindo-se-lhe os erros e inexatidões. Tal é o que, entendo, estamos buscando, a saber, o erguimento de um Judiciário soberano e, em qualquer circunstância, inabalável; um Judiciário indestrutível, garantidor, por isso mesmo, do Estado democrático de direito; um Judiciário, enfim, tão alto no seu poder quanto na sua missão!

Muito obrigado!